

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

2VARCIVBSB

2ª Vara Cível de Brasília

Número do processo: 0700120-22.2026.8.07.0001

Classe judicial: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

REQUERENTE: PARTIDO DOS TRABALHADORES

REQUERIDO: PAULO FRANCISCO MUNIZ BILYNSKYJ

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de antecipação de tutela, que se desenvolverá entre as partes epigrafadas.

Na inicial, afirma-se que o requerente teria sido alvo de conduta ilícita praticada pelo requerido, consistente na divulgação, em perfil oficial na plataforma INSTAGRAM, de vídeo contendo afirmações que associariam o requerente ao narcotráfico. Sustenta-se que a publicação, realizada em contexto de ampla repercussão social, teria imputado falsamente ao requerente vínculo com organizações criminosas, ocasionando grave abalo à sua honra objetiva e à sua imagem perante a opinião pública.

Alega-se que o requerido, valendo-se de sua condição de parlamentar e da amplitude de sua influência digital, teria reiterado condutas semelhantes em outras ocasiões, caracterizando campanha sistemática de desinformação com potencial de causar danos irreparáveis à reputação do requerente, sobretudo em período pré-eleitoral. Ressalta-se que a publicação alcançou elevado número de visualizações e interações, ampliando os efeitos da alegada ofensa.

Ao final, com amparo na fundamentação jurídica que vitaliza a peça em apreço, postulou Tutela de Urgência, nos seguintes termos:

“a. Concessão de tutela provisória de urgência para, imediatamente, inaudita altera pars, seja expedido ordem judicial, via ofício, ao INSTAGRAM,



representada pela empresa META, inscrita no CNPJ 13.347.016/0001-17, situada à Av. Brigadeiro Faria Lima, 3732, Itaim Bibi – São Paulo/SP – CEP 04538-132, para indisponibilizar as seguintes publicações do requerido, até superveniente *sentença:*
i. <https://www.instagram.com/reel/DTDHOhajnAN/?igsh=Nng3cTZob3lzaGhy>
” (ID 261287452 – Pág. 32).

Eis o relato. DECIDO.

Nos termos do art. 300, caput, do CPC, a tutela de urgência – de natureza antecipatória ou cautelar, manejada em caráter antecedente ou incidental – será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito associada ao perigo de dano ou ao risco ao resultado útil do processo.

Com efeito, em tema de liberdade de expressão de comunicadores (não apenas detentores de diploma de curso superior em Jornalismo – RE 511961/SP, Relator(a): Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, RTJ vol-00213-01 pp-00605), é imperioso rememorar que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;” (art. 5º, IX, da Carta Magna de 1988). Não albergando a Carta Magna de 1988 o exercício de direitos em grau absoluto, tem-se por balizas os direitos individuais concernentes à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas (art. 5º, X, da Carta Constitucional).

Dentro desse contexto, incumbe ao magistrado divisar, em sede de cognição sumária ou exauriente, manifestações que representem o singelo relato de um fato ou veiculação de uma opinião, condutas civilmente lícitas; daquelas que representem incitação a condutas violentas ou direta ofensa a direitos da personalidade, condutas civilmente ilícitas.

No caso dos autos, a requerida, em seu perfil na rede social, veicula vídeo com a seguinte fala, a qual entendo como pertinente a sua transcrição literal:

“O Maduro foi preso por liderar um cartel de narcotráfico e quem que ele financia? O narcotráfico da América Latina financia a esquerda da América Latina, incluindo o PT e o Lula. Então é óbvio que agora que o Maduro ‘tá em cana’, deve ‘caguetar’ a participação do PT no narcotráfico do Brasil e do mundo.”

A legenda do vídeo publicado possui a seguinte redação:



“O narcotráfico da América Latina financia o PT, Lula tem que ser preso!”

Desse modo, ainda que o debate político seja espaço natural para o embate de ideias, a imputação de ilícitos penais, sem qualquer lastro probatório, ultrapassa o campo da crítica legítima e ingressa na esfera do ilícito civil.

Verifico, assim, a Probabilidade do Direito.

Noutro giro, no atinente ao perigo de dano, este se revela patente diante da velocidade de propagação das informações em ambiente digital, cujo alcance é exponencial e de difícil reversão. Dessa forma, a permanência das postagens ofensivas desencadeia o prejuízo à imagem institucional do partido requerente e fomenta a disseminação de eventual desinformação, configurando risco concreto de dano irreparável ou de difícil reparação.

Nesse panorama, em razão do ilícito penal associado, a pretensão de urgência desafia deferimento.

Pelo exposto, DEFIRO a pretensão de urgência para DETERMINAR à requerida a exclusão do vídeo publicado no dia 03.01.2026, no seguinte endereço eletrônico: <https://www.instagram.com/reel/DTDHOhajnAN/?igsh=Nng3cTZob3lzaGhy>.

DEIXO de fixar multa diária, considerando que o comando para exclusão, será enviado por este Juízo, via mandado, diretamente à plataforma que hospeda a URL, por intermédio do sistema PJE.

À minguada de expressa referência ao intento conciliatório, deixo de designar a audiência à qual alude o art. 334 do Código de Processo Civil. Nada obsta, contudo, futura realização, caso ambas as partes sinalizem com esse objetivo.

CITE-SE e INTIME-SE a parte requerida para oferta de resposta, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 335, III, do CPC), contados da data de juntada aos autos do aviso de recebimento (art. 231, I, do CPC). Havendo mais de um requerido, o dia do começo do prazo para contestar corresponderá à última das datas de juntada (art. 231, § 1º, do CPC). Cuidando-se de autos eletrônicos, não se aplica a dobra de prazos, por expressa ressalva legal (art. 229, § 2º, do CPC).



Registro que a citação poderá ser feita inclusive por meio eletrônico (artigo 246 do CPC, com a redação da Lei n.º 14.195/2021), ficando desde já autorizada a citação por meio do aplicativo WhatsApp, caso requerida, sem necessidade de nova conclusão; caso necessária, igualmente, fica desde já autorizada a citação por carta precatória.

Deduzidas eventuais preliminares, na peça de resposta (art. 337 do CPC), incumbe ao subscritor dar-lhes o necessário destaque, para os fins do art. 351 do CPC.

ATRIBUO a esta Decisão FORÇA DE MANDADO a ser encaminhado via sistema PJe à administradora da plataforma, CNPJ no ID 261287452, p. 32, para exclusão da referida URL, no prazo de 5 (cinco) dias.

CARLOS EDUARDO BATISTA DOS SANTOS

Juiz de Direito

Documento datado e assinado eletronicamente

